



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



A LENTE COLONIAL DA URBANIZAÇÃO E AS RESISTÊNCIAS DAS ESPACIALIDADES AMAZÔNICAS

Taynara Gomes

Doutoranda, PPGAU, Universidade Federal do Pará.

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. O acelerado processo de urbanização e a constante reprodução do modo de vida urbano-industrial direcionou a sociedade para atual conjuntura de crise. Crise climática, mas também crise urbana, crise econômica e crise social. No entanto, nesse mesmo contexto existem e resistem outros cenários. Cenários que reproduzem valores e práticas não hegemônicas e que apontam e revelam que existe alternativa possível para a sociedade atravessar essa atual conjuntura. Diante dessas práticas, que foram encontradas em pesquisas de campo no contexto amazônico, surgiu a necessidade de uma busca teórica que dialogasse com essas realidades, relacionasse com a crise global e apresentasse possíveis contribuições para o campo da arquitetura e urbanismo. Este artigo apresenta e problematiza aspectos do processo da urbanização destacando que a tentativa histórica de universalização da forma urbana tem sido possível graças à invisibilização e inferiorização de modos de vida, práticas e formas de ocupar e se relacionar com o território que diferem do padrão hegemônico. Nesta abordagem o contexto amazônico emerge como um lugar de saberes e espacialidades milenares, que por séculos foram apagados pela colonialidade imposta externa e internamente, mas que ainda resistem e se apresentam como alternativas mais responsivas, resilientes, inclusivas e diversas se comparadas à lógica predatória da urbanização ocidental vigente.

Palavras-chave. Amazonia; espacialidades; colonialidade, resistencia

The colonial lens of urbanization and the resistance of amazon spacialities

Abstract. *The accelerated process of urbanization and the constant reproduction of the urban-industrial way of life has directed the society towards the current crisis conjuncture. Climate crisis, but also urban, economic and social crisis. Nevertheless, within this context, other scenarios exist and resist. Scenarios which reproduce non-hegemonic values and practices, suggesting and revealing another possible alternative for the society to face the present situation. In light of these practices, which emerged from fieldwork in the Amazonian context, the need arose for a theoretical search that is able to dialogue with these realities and the global crisis, in order to present possible contributions to the field of architecture and urbanism. The present paper aims to present and problematize aspects of the urbanization process, emphasizing that the historical attempt to universalize the urban shapes has been connected to the invisibilization and inferiorization of traditional practices, as well as the forms to occupy and relate to the territory that differ from the hegemonic standards. In this perspective, the amazonian context emerges as a place of ancient knowledge and spatiality, which have been erased for centuries by external and internal imposed coloniality, but where there is still a resistance addressed as a more responsive, resilient, inclusive and diverse alternative when compared to the predatory logic of prevailing western urbanization.*

Keywords: Amazon; spatiality; coloniality; resistance.

El lente colonial de la urbanización y la resistencia de las espacialidades amazónicas

Resumen. *El acelerado proceso de urbanización y la constante reproducción del modo de vida urbano-industrial ha encaminado a la sociedad hacia la actual situación de crisis. Crisis climática, pero también crisis urbana, crisis económica y crisis social. Sin embargo, en este mismo contexto, existen y resisten otros escenarios. Escenarios que reproducen valores y prácticas no hegemónicas y que señalan y revelan que existe una alternativa posible para que la sociedad atraviese esta situación actual. Frente a estas prácticas, que fueron encontradas en investigaciones de campo en el contexto amazónico, surgió la necesidad de una*

búsqueda teórica que dialogara con estas realidades, relacionadas con la crisis mundial y presentara posibles aportes al campo de la arquitectura y el urbanismo. Este artículo presenta y problematiza aspectos del proceso de urbanización, destacando que el intento histórico de universalización de la forma urbana ha sido posible gracias a la invisibilización e inferiorización de formas de vida, prácticas y formas de ocupar y relacionarse con el territorio que difieren de las hegemónicas. patrón. En este enfoque, el contexto amazónico emerge como un lugar de saberes y espacialidades milenarias, que durante siglos fueron borradas por la colonialidad impuesta externa e internamente, pero que aún resisten y se presentan como alternativas más receptivas, resilientes, inclusivas y diversas frente a las lógicas depredadora de la urbanización occidental imperante.

Palabras clave: Amazonas; espacialidades; colonialidad, resistencia

1.Contextualização

Os estudos urbanos consolidados e classicamente reproduzidos estruturaram o modelo até hoje sustentado como “ideal” da urbanização, desenho urbano, moradia, infraestrutura, mobilidade, espaço público, etc. Esses estudos partem de um imaginário global e colonial que estabelecem pressupostos gerais (e iguais) para todos os contextos. Falam a partir de um local específico, europeu e posteriormente norte-americano, de um contexto de urbanização baseada na industrialização, de uma relação econômica formal, de uma lógica mecanicista e cartesiana, de um raciocínio universal e de uma padronização imposta de composição social familiar (MIGNOLO, 2017; ROY, 2015). É importante destacar que esse modelo de urbanização compõe um largo portfólio de literatura e de projeto urbanos no mundo, e vem sendo consolidado nos últimos 4 séculos, junto com o avanço do sistema capitalista.

Apesar do pouco tempo, se comparado ao período de existência da humanidade no planeta, as consequências da generalização e reprodução massiva desse repertório urbano é um dos fatores responsáveis pelo atual cenário de crise. É importante também ressaltar o quanto a consolidação desse padrão aconteceu através de expropriação de terras, exploração, epistemicídios, ecocídios e genocídios (MOASSAB; NAME, 2020).

Por muito tempo as teorias, programas, políticas e projetos sobre urbanização tem sido desenhados a partir de uma perspectiva de cidade, na maioria das vezes metrópole, neoliberal, e dessa forma suas estratégias historicamente tem sido de dominação, mercadinificação, subordinação da natureza e da vida e acumulação (POLANYI, 2011; MONTE-MOR, 2015). Lefebvre (1991), mostra que historicamente o capitalismo industrial tomou as cidades, implodindo e explodindo-as, e nesse processo a natureza também foi progressivamente apropriada e transformada.

Essa abordagem sobre a questão urbana enraizou soluções e teorias que tratam as dimensões separadamente. As abordagens de morfologia urbana, por exemplo, que são frequentemente utilizadas para compreender origens, contextos, analisar escalas, dimensões, reconhecer agentes e embasar o planejamento das cidades, trabalham muitas vezes a partir de categorias que não são possíveis de serem reconhecidas em contextos de informalidade ou tradicionais. Pesquisas recentes têm discutido a necessidade de uma perspectiva mais plural do planejamento urbano e a necessidade de também aprender e pensar a partir das formas urbanas vistas como informais e dessa forma rever essas compreensões universalistas (SPOLAOR, OLIVEIRA, 2021).

Os manuais de desenho urbano estabelecem parâmetros mínimos ideais de quadra, ruas, lotes, praças, etc, (MASCARÓ, 2005) categorias essas que

também não são aplicáveis em muitos contextos. As soluções de infraestrutura apresentadas partem do pressuposto de formalidade e de normas para o dimensionamento de redes de água, esgoto e drenagem (MASCARÓ, 2005). O modo como a discussão de moradia é realizado, consolida o foco na solução tipológica de habitação de interesse social, partindo do princípio de que o uso da terra é quase que exclusivamente para a construção da moradia, negligenciando a multifuncionalidade da terra e ratificando como parâmetro hegemônico a moradia mínima baseada no modo de vida urbano-industrial e na nucleação familiar (casal e dois filhos). Sob o aspecto da legislação urbanística, Estatuto da Cidade, instrumentos urbanísticos municipais e a estrutura atual de plano diretor no Brasil, não possuem aderência à diversidade de contextos urbanos do país. Não à toa, tornaram-se mecanismos de implementação restrita ao âmbito burocrático (VILLAÇA, 2005).

Pensar a partir dessa lógica universal e formal e planejar as cidades partindo dessa perspectiva de cidades urbano-industriais é pertinente apenas para uma parcela das cidades, para as quais tais soluções fazem sentido. No cenário atual brasileiro há 41,6% de informalidade nas cidades, e na Região Norte este percentual cresce para 61,6% (CAMPOS, 2020). Há carência de solução de esgotamento sanitário em 1\3 dos domicílios do país, enquanto na Região Norte apenas 16,2% acessam esse serviço (IBGE, 2020). Segundo as métricas atuais, os maiores déficits habitacionais também estão no norte do país (LIS, 2021), assim como as capitais da região performam os piores índices de arborização, áreas verdes e caminhabilidade. A lógica universal e formal com a qual as cidades são vistas e planejadas enquadra as cidades amazônicas como precárias, periféricas, atrasadas e não desenvolvidas.

Neste contexto, a pesquisa que origina este artigo propõe que o enfrentamento da crise ecológica e humanitária que o mundo atravessa passe pela crítica do padrão de urbanização tornado universal pelo sistema capitalista, e apresenta repertórios amazônicos como brechas do sistema que oferecem possibilidades de mudança de curso. Nesta perspectiva, a pesquisa sustenta também a urgência de superação da compreensão estrita da natureza como um entrave para o desenvolvimento ou como uma commodity a ser explorada (HARVEY, 2020); e defende que é necessário desmercantilizar a vida, dissociar crescimento econômico e qualidade de vida, superar o patriarcado e o colonialismo, perseguir uma sociedade mais justa e igualitária (FEDERICI, 2019; ÁVILA E FERNANDES, 2021) e seguir as populações tradicionais como exemplo de resistência, resiliência e inovação.

Longe de romantizar o passado distante, busca-se mostrar que para resolver questões concretas é necessário desconstruir e reconstruir a forma de pensar a produção e a reprodução da vida, e entender que a solução vem pela práxis; que o capitalismo é um sistema de acumulação infinita, de crescimento infinito e que isso é incompatível com os limites metabólicos do planeta (FEDERICI, 2019; SAITO, 2021) e também com os modos de vida das populações tradicionais. Busca também evidenciar o quanto os ciclos de colonização tentaram (e alguns conseguiram) apagar outras formas de viver, se relacionar e ocupar o espaço, estabelecendo um único padrão como correto (ROY, 2015), e que a imposição de um único padrão de língua, cultura, religião, consumo, alimentação, vestimenta, moradia, relação social, trabalho, utilização do tempo, reprodução, sexualidade, etc., só é possível pela força ou pela inferiorização do diferente (CUSICANQUI, 2015), e este paradigma de desrespeito ao diferente é tão

enraizado que nem é notado, por demandar o uso de lentes específicas no exame da realidade – Diferente do que? E pra quem?

Criticar o atual sistema e padrão de urbanização significa criticar também as opressões de classe, gênero e raça que os acompanham. O sistema capitalista se consolidou caminhando junto com o patriarcado, perseguindo, inferiorizando e oprimindo das mulheres (FEDERICI, 2019). Apagou fisicamente e tentou apagar historicamente as sociedades matriarcais e o protagonismo das mulheres em diversos momentos da construção da sociedade (SHIVA, 2013). Disseminou um padrão de urbanização masculino, racional, violento, homogêneo, individualista, privativo, no qual a cidade capitalista nunca deu lugar ou voz à mulher, no âmbito público e coletivo (MUXI, 2018).

Sob uma urbanização racista, as cidades cresceram a partir da exploração da mão de obra escrava ou precarizada (LIRA, 1999), nas quais a população preta e indígena que historicamente não têm acesso à habitação digna, infraestrutura básica, alimentação mínima e ainda sofre com os desastres ambientais e violência policial. Esta urbanização já extrapolou os limites físicos das cidades e toca todos os territórios sem respeitar relações socioespaciais e ambientais de povos originários e populações tradicionais, amalgamando processos de urbanização extensiva sobre territórios e assentamentos nativos (MONTE-MOR, 2015).

Revisão de literatura indica que manter esta urbanização - que não reconhece os limites da natureza e domina o planeta sem medir consequências, que opera no curto prazo e aposta na superação da crise climática quase que exclusivamente por meio de uma revolução tecnológica e informacional, também significa negar as pautas ambientais, feministas e raciais, que lutam contra o acúmulo de opressões. Nesta direção, destacam-se três frentes conceituais principais: a abordagem ecológica e ecossocialista (SAITO, 2021; FERNANDES, 2020; FOSTER, 2000), a teoria feminista interseccional (FEDERICI, 2019, 2021, 2022; COLLINS e BILGE, 2021; HOLANDA, 2020), a crítica a produção espacial e ao ensino no campo da arquitetura e urbanismo (MOASSAB; NAME, 2021; KERN, 2021; MONTANER E MUXI, 2014, 2021; ROY, 2009, 2015). Estas frentes deram suporte às reflexões apresentadas a seguir que contrapõem a urbanização capitalista com elementos da urbanização nativa, articulando o processo histórico de produção da cidade, e da sua materialidade, na Amazônia e na urbanização brasileira e global. Esta narrativa apresenta os repertórios amazônicos como melhor adaptados ao bioma, e portadores de soluções para as múltiplas formas de opressão que se acumularam no decorrer dos séculos de colonização da região.

2. A problemática da urbanização em um contexto de crise sistêmica

As cidades são reflexo de uma crise sistêmica, onde múltiplas camadas se sobrepõem e se materializam no território consolidando uma espacialidade. Crise ecológica, de moradia, de infraestrutura, de mobilidade, de segurança alimentar, conflitos raciais, de gênero, étnicos, são pautas cada vez mais frequentes nos movimentos sociais e nas políticas urbanas (HARVEY, 2020; FEDERICI, 2021). Tal cenário advém do acelerado processo de urbanização vivido no século XX, que culminou em uma situação onde cerca de 55% da população mundial tornou-se urbana e que segundo projeções aumentará para cerca de 70% até 2050 (no caso do Brasil 85% da população do país vive em cidades) (ODS BRASIL, 2030). Muitos autores mostram que o fenômeno da urbanização já extrapolou os clássicos perímetros urbanos, e atingiu a esfera da

vida cotidiana (MONTE-MOR, 2015) quando logística de transporte e usos da terra ligados ao consumo das metrópoles disputa territórios habitados por populações nativas (CARDOSO, 2021), demonstrando que a dicotomia urbano – rural interessa mais aos interesses capitalistas do que à população local. A sofisticação da cidade, em contraste com a floresta que passou a ser considerada espaço rural, trouxe consigo padrões considerados ideais de produção e ocupação do espaço. Padrões de arruamento, proporção de quadras, delimitação de lotes, tipologias de edificações, materiais, e todas as outras categorias que compõem o tradicional léxico da arquitetura e urbanismo (ROY, 2009).

Mas este padrão de urbanização exógeno vem sendo estabelecido há séculos, desde a colonização europeia. O sistema colonial impôs uma religião, uma cultura, um idioma, uma relação de trabalho, impôs também uma forma correta de morar, se locomover, utilizar espaços públicos, desenhar a rua, definir o que é público e privado. Além disso, este sistema inferiorizou os demais povos e culturas, assim como outras espacialidades, tipologias e dinâmicas socioespaciais (GROSFUGUEL, 2016; NAME E MOASSAB, 2020). Desde então, a reprodução massificada do padrão eurocêntrico e ocidental não reconheceu especificidades físico-territoriais nem a diversidade de dinâmicas existentes nos territórios nos quais se impunha, o com o passar do tempo acabou por promover o apagamento desses territórios.

À medida que o fenômeno de urbanização se consolida em escala planetária (BRENNER E SCHMID, 2011), baseado em um sistema que historicamente perpetua e consolida opressões e explorações de classe, gênero e da natureza, fundamentado no modus operandi do sistema capitalista, as falhas desse modelo hegemônico econômico, político e urbano ficam mais evidentes, pois a crise do sistema também atingiu escala planetária (HARVEY, 2020). É importante destacar que esse padrão amplamente reproduzido se consolidou de tal forma, que até os dias atuais os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo reproduzem o ensino desse repertório, o que explica a atuação da categoria profissional chegar apenas para 15% da população brasileira e se concentrar nas capitais do país, especialmente as capitais do centro-sul (CAU BR, 2015).

Atualmente, a crise sistêmica da urbanização é reflexo da crise do sistema capitalista, onde tudo se transformou em mercadoria. A terra, a moradia, a mobilidade, a segurança, o lazer, a natureza, a educação, a saúde, etc. Todas as esferas da vida em sociedade foram se transformando em um produto cada vez mais inacessível para a maior parte dessa sociedade. Dessa forma as desigualdades foram se agravando e o modelo ideal vendido se apresenta cada vez mais distante. Por isso debater o enfrentamento dessa crise é também debater a superação desse sistema.

Contudo, a crise revela no seu processo de avanço as brechas/ rupturas que (re)existem neste sistema (SAITO, 2021; FERNANDES, 2020), que correspondem aos casos de apagamento e invisibilização históricos. E que apresentam (ou sempre apresentaram) as alternativas a esse padrão hegemônico excludente constantemente imposto. Daí a importância dos debates que emergem no Sul Global para o enfrentamento dessa crise, oriundos desde os movimentos sociais de base até da academia, e que abordam questões anticoloniais, questionam o conceito de desenvolvimento, incorporam a questão indígena, são antiracistas, feministas, debatem tecnologias, pós-extrativismo, bem-viver, ecossocialismo, etc., porque compreendem que são agendas

convergentes quanto a esse enfrentamento e à construção de uma sociedade diversa e justa. (FERNANDES, 2020).

No contexto amazônico essa perspectiva demanda o reconhecimento do repertório espacial existente, para incorporá-lo nas soluções e alternativas para as crises urbanas, dados os limites do conhecimento advindo da tradição ocidental. Por mais importante que a universalização de técnicas e sistemas tenham sido para a longevidade das sociedades humanas, ainda é necessário reconstruir parte desse conhecimento provincializando o urbanismo visto como global (ou assumido como universal) (SADOWSKI, 2020), a partir da clareza de que esse padrão consolidado como hegemônico espacializa o modus operandi do sistema capitalista, sistema que intrínseca e historicamente perpetua e consolida opressões e explorações.

Este debate na Amazônia é modulado por ciclos de sobreposição de colonização, externa (europeia) e interna (brasileira), explicitando tais questões de maneira mais evidente. Uma primeira evidência disso pode resultar do contraponto das espacialidades pré-cabralinas com a implantação do padrão de urbanização europeu que reestruturou as cidades (construídas sobre antigas aldeias) vistas como estratégicas para dominação do território, reciclando localizações na macroescala, e impondo planos e projetos de matriz europeia dentro das cidades. Na colonização brasileira da Amazônia, a implantação de grandes projetos de infraestrutura logística permitiu que novas cidades fossem improvisadas, em paralelo à disseminação de políticas urbanas genéricas, com fórmula prontas direcionadas para o país inteiro.

É possível identificar a reedição da ética colonial na política pública brasileira, consolidando uma estética territorial modernista e reproduzindo as técnicas industriais. O contexto Amazônico demanda a desconstrução desses paradigmas e o reconhecimento do potencial que os repertórios ligados à sócio e biodiversidade ainda (re)existente oferecem para a produção, por exemplo, de uma variante de cidades inteligentes que tornem o futuro possível, na medida em que se entende cidades inteligentes como aquelas constituídas por comunidades que aprendem a aprender, se reconhecem, se adaptam e inovam (COE, PAQUET, ROY, 2001).

Contraditoriamente, a diversidade que vem sendo destacada pela literatura das soluções de vanguarda para o enfrentamento da crise ecológica (KEIL, 2020; COE, PAQUET, ROY, 2001), foi associada ao atraso pelo desenvolvimentismo imposto à Amazônia. Entre os anos 1960 e 1980, atributos como adaptação ao bioma, baixo impacto ambiental, uso de materiais e mão de obra locais, fluidez nas relações econômicas, sociais e territoriais, foram totalmente desconsiderados, apesar de do início do debate sobre a crise ambiental, e do reconhecimento desses atributos como alternativas para um futuro possível. Até o presente as métricas oficiais não correspondem ou respondem a critérios desse tipo.

O mesmo aconteceu no campo dos estudos urbanos, consolidado no decorrer do século XX. A literatura do século XX sempre posicionou as cidades segundo uma mesma métrica, a do capital que atua em escala planetária. Nessa perspectiva, as cidades do sul global eram/são vistas como cópias mal acabadas do urbanismo ocidental, em decorrência de uma comparação injusta baseada no uso de uma lente única (BHAN, 2019; ROY, 2015).

Por um lado, existem as formulações do urbanismo ocidental - caracterizado a partir da sua disseminação pelo mundo por imposição de uma racionalidade

espacial cartesiana, da modulação, da padronização da forma de morar, da individualização, da separação do meio natural, do ordenamento dos usos do solo, do uso de materiais industrializados, e pela criação de um padrão de urbanização que favorece o avanço e a consolidação do capitalismo e do patriarcado; por outro, há um urbanismo que resiste à narrativa da alternativa única, como é o caso do contexto amazônico ora abordado, e que para ser compreendido requer que seja levado em consideração um intervalo de tempo mais amplo do que o período vivido desde a revolução industrial.

Neste sentido, a padronização vigente vêm sendo combatidas com a emergência de propostas de urbanismo pós-colonial, que seja capaz de circunscrever o provincialismo da discussão eurocêntrica, e assumir as resistências subalternas como seu ponto de partida (ROY, 2011; CHAKRABARTY, 2000); também instruídas por estudos arqueológicos (PRÜMERS et al, 2022; NEVES, 2022). Isto movimento contribui para que se evidencie os prejuízos causados pela lógica hegemônica às populações do planeta, e reforça a necessidade de um contraponto à universalidade da urbanização, pautado na compreensão de que a produção da forma urbana é gerada por um processo histórico.

Em um contexto de crise sistêmica, já se sabe que as soluções mainstream, baseadas em inovações tecnológicas, não serão acessíveis para toda a população, e também que os mais afetados pelo efeitos dessas múltiplas camadas de crises são a população mais pobre, preta e as mulheres (SHIVA, 2013) - especialmente as mulheres negras e as populações tradicionais e originárias (www.contracatografias.com), e que esse repertório de cinco séculos de um desenho urbano a serviço do colonizador, fundamentado em epistemicídios, escravidão, redução de direitos e ciclos de retrocessos que constantemente tentam neutralizar a narrativa de resistência (LARA, 2020), e impedir a construção de bases para um desenho de cidade mais inclusiva onde o poder transformador do espaço impulse também uma nova prática de arquitetura e urbanismo.

3. A construção e imposição histórica de um único padrão de urbanização

O artefato que se reconhece hoje como cidade, do ponto de vista da materialidade e morfologia, é resultado de uma construção social. A universalização da compreensão do conceito de rua, quadra, lote, espaço público, praça, etc., faz parte de um léxico que foi tomado como hegemônico a partir da experiência de urbanização de países que tiveram protagonismo na condução da revolução industrial, e que partem de pressupostos como a propriedade privada da terra, o assalariamento da população, a tendência de adensamento e de expansão da cidade e a necessidade de oferta de suporte para a produção e a reprodução da vida na cidade (ver figura 1). Esta linguagem é composta por elementos considerados básicos para a forma (ruas, lotes, quadras, espaços públicos), e uma série de pressupostos técnicos como o uso da drenagem natural para receber efluentes (transformando rios em canais), ou de que os espaços públicos sejam inseridos no sistema de ruas, como as praças, sem consideração aos espaços de borda, como são as margens de rios, ou pela preferência por materiais como o asfalto, o vidro, e o concreto, produzidos industrialmente. Esse conjunto de formas, soluções e materiais consolidam repertórios que sustentam seu protagonismo no apagamento da diversidade de repertório espacial das sociedades do planeta. A imposição desse léxico espacial é decisiva para a imposição de um padrão de sociedade a ser reproduzido, consolidado e aceito.



Figura 1. Conceitos espaciais e repertórios de urbanização universalizados. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

O repertório consolidado de concepção espacial revela o quanto o campo da arquitetura e urbanismo naturaliza o *modus operandi* da sociedade liberal e o quanto valida o seu repertório como o mais avançado ou o considerado “normal”. Name e Moassab (2020) afirmam que o léxico da arquitetura e urbanismo é eurocêntrico, dualista e evolucionista e mostram o quanto esse campo de conhecimento parece ainda acreditar em pressupostos de universalidade e neutralidade da modernidade ocidental, naturalizando assim cada vez mais a perspectiva eurocêntrica e impedido uma compreensão alargada de um repertório diverso.

A linguagem espacial que foi proposta como referência de universal, não só não é capaz de dialogar com a diversidade real, como carrega dentro de si os elementos espaciais que favorecem a lógica capitalista, patriarcal e racista, (e os múltiplos epistemicídios históricos), que desencadearam o apagamento de sociedades por meio da inferiorização dos seus saberes e práticas (CUSICANQUI, 2015; ROY, 2009). Nesse sentido, a e problematização do projeto de modernidade ocidental requer a incorporação de uma lente crítica e descolonizadora ao campo disciplinar da arquitetura e urbanismo, denunciando sua contribuição para as violências físicas e simbólicas deste projeto de modernidade, e sua transformação em braço que legitima a práxis do eurocentrismo.

Nem sempre o padrão de urbanização requer um tecido urbano planejado por uma malha ortogonal e cartesiana, distribuição geométrica e dimensionamento de quadras, lotes, ruas, estabelecidos como base do desenho urbano ideal (LAMAS, 2010). Tais elementos morfológicos são aceitos e reconhecidos como tecnicamente legítimos, derivados da linguagem “universal” da urbanização vinculada à industrialização. Por séculos este padrão exógeno de ocupação do território foi imposto ao que já se constituía como urbanização brasileira.

Desde uma perspectiva linear deste processo, observa-se que a colonização portuguesa se apropriou das melhores localizações indígenas para fundação das vilas e cidades, de acordo com os padrões europeus, e expulsão dos povos

nativos cada vez mais para dentro do continente (SCHURMANN, 1999; WEIMER, 2005). Assentamentos pequenos, dispersos e baseados no uso comunal da terra foram repaginados a partir de princípios cartesianos, para o máximo aproveitamento do solo, agora desprovido das formas de vida (populações, rios e florestas) (ver figura 2).

Isso alterou os tipos construtivos, que antes poderiam ser coletivos ou individuais, e os materiais locais foram substituídos por materiais e tecnologias importados, pela individualização de parcelas (lotes) e recurso de mão de obra escrava para solução de infraestrutura (WEIMER, 2005).



Figura 2. A imposição de padrões de urbanização ocidental no período colonial. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

No período subsequente - o imperial, e mediante avanço das exportações, houve a adição da concepção de serviços, também ligados à experiência europeia (suas formas de transporte, abastecimento de água e tratamento de efluentes, geração de energia, etc.). Em cidades ricas houve a introdução do bonde, da eletricidade e o começo da implantação de redes de infraestrutura. Paralelamente, houve uma sofisticação das edificações e a criação de centralidades urbanas, que se tornaram referência de progresso (ver figura 3) (OLIVEN, 2010).

A compreensão de que desde o período imperial até o final do século XIX houve a adoção de uma visão única (a europeia) de urbanização, demanda o reconhecimento do uso da força e da imposição de uma subjetividade traduzida por símbolos e referências imagéticas externas, que construiram uma subalternidade dos não brancos, justificada na escravidão dos negros, da exploração dos indígenas e na expectativa de crescimento das cidades com grandes símbolos de sociedades modernas.

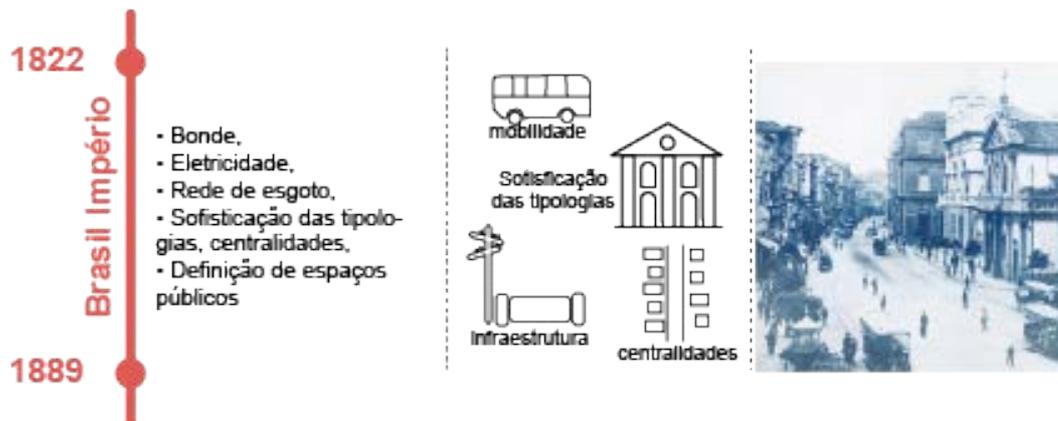


Figura 3. Soluções urbanas implementadas durante o período Imperial. (Fonte: Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

A reprodução massificada desse modelo, desde então, criou uma cidade pautada no individualismo, com pouca área permeável, pouca área verde, sem relação de vizinhança, sem mobilidade ativa, sem senso de pertencimento, sem comunidades ou engajamento. Um espaço inseguro, que não reconhece a demanda da diversidade de sujeitos que o habitam e que atende, ainda que de maneira precária, quem “se encaixa” no modo de vida urbano-industrial.

Entretanto, em paralelo a este padrão de urbanização disseminado pela história oficial, existiam outras formas de viver e ocupar o território que nunca receberam proporcionalmente o mesmo destaque. É o caso dos padrões de ocupação do território e tipologias dos povos indígenas e das populações originárias da África, que posteriormente se tornariam os quilombos (ver figura 04) (SCHURMANN, 1999; WEIMER, 2005; WEIMER, 2014). Estas populações, assim como os povos pré-cabralinos (HECKEBENQUER, 2005), não tiveram suas dinâmicas e práticas territoriais reconhecidas por políticas públicas, por serem vistas como inferiores e associadas à precariedade pela lente do urbanismo ocidental. Nunca se encaixaram no perfil sociocultural aceito como universal e conseqüentemente sua forma de ocupar o território também foi rejeitada. No século XXI, inúmeros preconceitos têm sido desconstruídos pelas pesquisas arqueológicas que demonstram cada vez mais o quanto esses grupos eram socialmente sofisticados e tecnicamente capazes de manejar o sítio e o bioma (NEVES, 2022), segundo uma cosmovisão completamente diversa da lógica capitalista, patriarcal e racista.

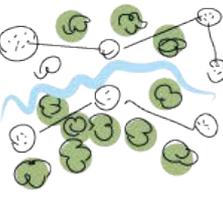
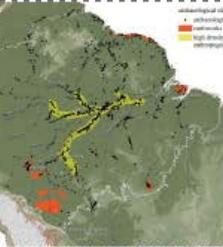
<p>Ocupações pré-cabralinas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dispersão, • Redes de comunidades, • Material local, • Adaptação e domínio do bioma 		
<p>Povos Indígenas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões adaptados à diversidade de territórios, • Dispersão, • Baixo impacto ambiental, • Materiais locais, • Tipologias coletivas e individuais, • Comunalidade da terra 		
<p>Quilombolas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços comuns, • Relações de trocas, • Materiais locais, • Interação com a natureza. 		

Figura 4. Padrões tradicionais de ocupação do território que foram invisibilizados e negados frente à imposição do urbanismo ocidental. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

Mas foi no período republicano que a imposição de um padrão único ganhou escala e alcançou mais fortemente a Amazônia. O período de exportação da borracha viabilizou o enriquecimento das duas metrópoles amazônicas, que receberam grandes edificações, praças, aterros, bulevares, portos, expressando o progresso e o desenvolvimento, a despeito do contexto ribeirinho e de várzea (ver figura 5).

No ápice da riqueza da borracha, a disputa entre o capital mercantil e o capital industrial favoreceu o desenvolvimentismo e a massificação de soluções associadas à industrialização tardia do país (VENTURA NETO, 2017), abrindo alas para os projetos habitacionais extensos e massificados, para a canalização e uso de rios urbanos como receptores de dejetos, e para a já citada gênese improvisada de cidades, em paralelo à implantação de raras cidades planejadas e de company towns, (CARDOSO, LIMA, 2006).

Os planos de desenvolvimento dos anos 1970 não se ocupavam de adequação ao bioma ou de especificidades culturais regionais, eram voltados para a provisão de uma logística de transporte concebida para extração de produtos para exportação (ver figura 05). Estes também difundiram uma narrativa para a macroescala, que favoreceu a apresentação da região como vazia, e justificou o fomento ao padrão de ocupação de base rural-urbana excludente para nativos e migrantes pobres (MELO, 2021).

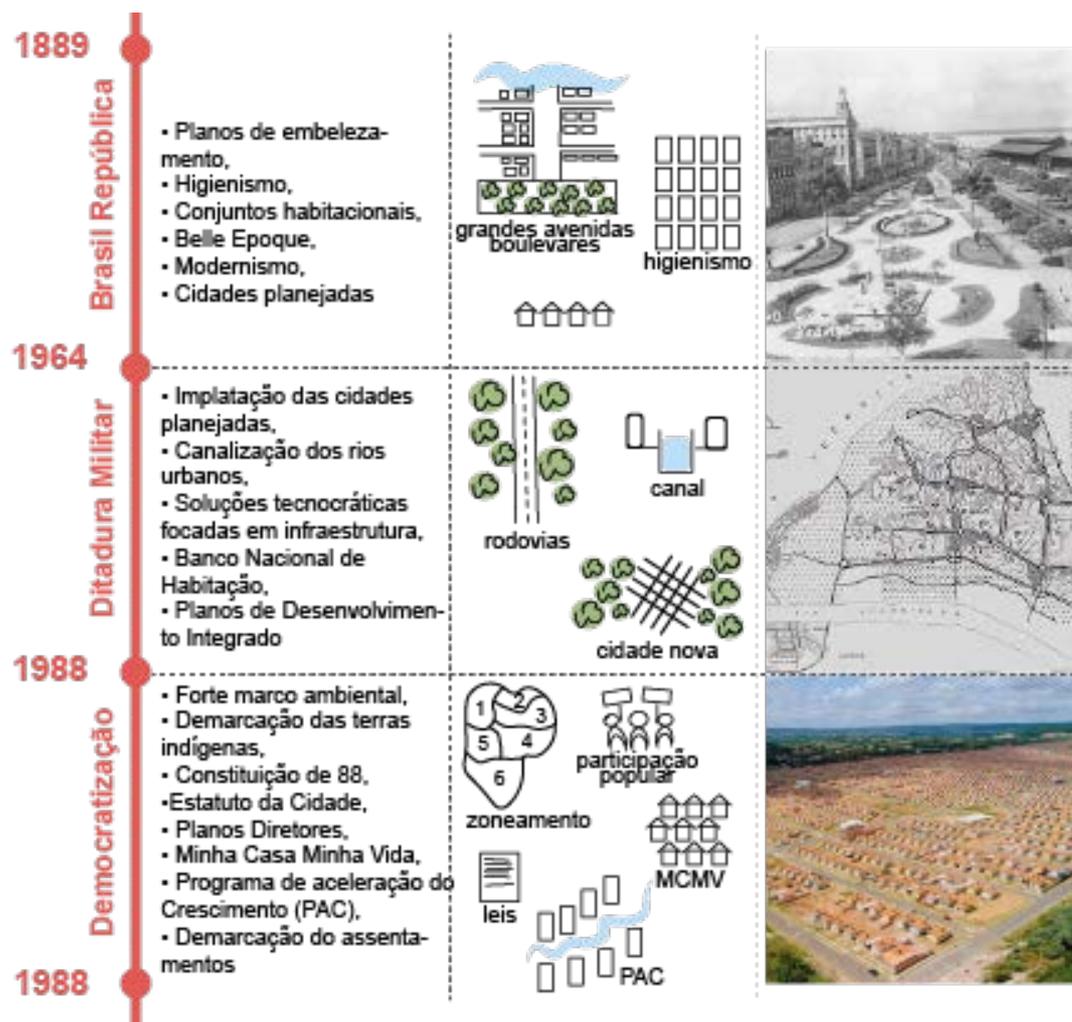


Figura 5. Padrões hegemônicos de urbanização brasileira e suas versões amazônicas. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

No decorrer dos séculos, as soluções citadas massificaram um padrão de cidade baseado na crescente destruição da natureza e na negligência da importância e dos potenciais do meio natural. Respeitar os limites da natureza era sinônimo de atraso e de incapacidade econômica. Esta crença originou as situações de risco contemporâneas, subjacente à precariedade habitacional e carência de espaços públicos, à ausência de áreas permeáveis, ou de espaços onde a biodiversidade garantia segurança alimentar à população, com agravamento dos alagamentos, tudo potencializado pela inadequação dos instrumentos da legislação vigente. O não reconhecimento da diversidade socioespacial do país constituiu um sistema de exclusão, em que o repertório adotado foi definido por uma única classe social, uma única raça, um único gênero e uma única etnia, que depende do consumo de massa, apesar do seu alto impacto ambiental, com o auxílio dos canais de comunicação para dissociar ao máximo causas e efeitos destes impactos.

Internacionalmente, a busca por soluções para cidades mais sustentáveis e resilientes foi intensificada no século XXI (CARAGLIU, DEL BO, NIJKAMP, 2011; IRAZABAL, JIRÓN, 2021), entretanto com foco nas soluções isoladas, sem cogitar o repensar da cosmovisão capitalista. Foram mantidas as soluções advindas do repertório corporativo, que pressupõem massificação do uso de certas tecnologias e sistemas construtivos (ver figura 06) (COE, PAQUET, ROY, 2001; IRAZABAL, JIRÓN, 2021), quando já havia consenso de que a ação local deve ser o ponto de partida para qualquer inovação e renascimento das cidades. A esse respeito BHAN (2019) ressalta que a verdadeira cidade inteligente é aquela que reconhece as dinâmicas locais, repara as problemáticas acumuladas e inova a partir das práticas existentes. Trata-se de mais do que tecnologia física (o que não a exclui), mas principalmente de aprendizagem social e inteligência coletiva (COE, PAQUET, ROY, 2001). Nesse aspecto, o repertório dos povos da floresta oferece possibilidades inspiradoras para o contexto brasileiro.

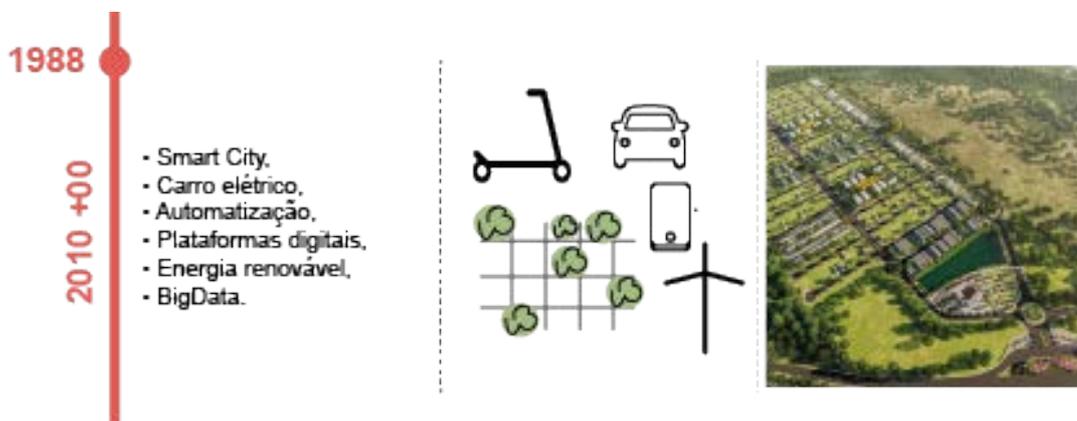


Figura 6. Demandas e soluções contemporâneas para cidades inteligentes e sustentáveis. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

O olhar para o contexto tradicional como fonte de repertórios para se repensar o rumo da urbanização requer o questionamento de muitas práticas que atualmente são *mainstream* dentro do campo da arquitetura e do urbanismo. O fato das políticas urbanas se basearem principalmente nas problemáticas dos grandes centros globais, favorece a disseminação de soluções que não reconhecem a diversidade de territórios e práticas existentes, especialmente no caso dos países periféricos do Sul Global. O que se vê comumente é a imposição de arranjos urbano-coloniais que são impostos mundialmente “vendidos” como soluções modernas e desenvolvidas, mas que incapazes de se adaptar à

diversidade existente, e acabam por reproduzir contextos de precariedade e cenários de periferização (BENJAMIN, 2008). Em verdade, na maioria dos casos, a precariedade emerge da tentativa de viabilização de um modelo que é incompatível com a realidade vivida em territórios inseridos em outros biomas, outras práticas, outras economias, outras relações.

4. As resistências que emergem do contexto tradicional amazônico

O contexto tradicional amazônico alinha-se a outros contextos espaço-temporais, como dos povos Quechua, Aymara, Teko Porã, Chapas, Mapuche, Ubuntu, Swadeshi, entre tantos outros, para mostrar a urgência de se repensar os valores sociais vigentes, que são incentivados pelo sistema atual (ÁVILA, FERNANDES, 2021), para promover uma mudança na relação com o território, com o meio natural, e dessa forma, reconhecer e valorizar a diversidade de relações socioespaciais.

A discussão sobre uma mudança de valores sociais para o enfrentamento e superação da crise ecológica da urbanização requer um filtro crítico para as soluções contemporâneas baseadas quase que exclusivamente nos avanços da tecnologias, tais como inteligência artificial, veículo elétricos, novas fontes de energia, Big Data, smart cities, etc (CARAGLIU, DEL BO, NIJKAMP, 2011). Pensar soluções alternativas, que inovem no uso de tecnologias é importante para uma transição no atual padrão de urbanização capitalista, mas se estas inovações foram massificadas globalmente sem a discussão de valores sociais e éticos, aprofundarão ainda mais a crise, consolidando a prioridade de crescimento das forças produtivas, sem o repensar das estruturas que as sustentam (GRAHAM, MARVIN, 1996; PARTRIDGE, 2004).

É necessário compreender a urbanização como diversa, como processo que reconheça especificidades, empodere, emancipe e aprenda com as formas tradicionais de ocupar o território. Os últimos dados apresentados nos relatórios do SEEG (2019) e IPCC (2021) mostraram que o avanço da urbanização e a conversão de floresta tem sido um dos fatores que mais impacta na crise climática. Esses relatórios apresentam dados também sobre a expectativa de aceleração da urbanização nos países do continente africano, asiático e latino americano, dado esse que coincide com a aceleração do processo de periferização nos mesmo locais. Por outro lado, esses continentes têm menores contribuição de emissões e menos recursos para enfrentar a emergência climática.

Os modos de vida tradicionais são uma fonte clássica para a busca de alternativas ambientalmente mais responsivas. Segundo Saito (2021), Marx já afirmava que as sociedades pré-capitalistas e sociedades não-ocidentais eram mais igualitárias e mais sustentáveis. Nos seus últimos escritos ele afirmava que, com o avanço e consolidação das sociedades capitalistas, seria necessário pensar o retorno ao modelo das sociedades pré-capitalistas em uma escala maior a fim de evitar a intensificação da ruptura metabólica do sistema (SAITO, 2021)

Desde Marx, o olhar para as populações tradicionais como referência para a superação de crises socioambientais decorre do entendimento do sistema/urbanização capitalista ser um sistema onde há uma ruptura metabólica evidente. Assim como, da compreensão de que os territórios de sociedades tradicionais eram os lugares onde a natureza se encontrava em menor tensão de ruptura (SAITO, 2021; LOWY, 2013; FERNANDES, 2020). Atualmente, os dados afirmam que essa premissa continua verdadeira, na medida em que os

territórios tradicionais representam brechas no sistema capitalista, que resistem à total assimilação por essa lógica, e mostram que existem alternativas de modo de vida, alternativas de ocupação do território, de economias, de relações sociais, de padrões de consumo, e exatamente por isso estas populações tradicionais são constantemente ameaçadas, apagadas ou convertidas.

Os registros de uma urbanização híbrida em contexto amazônico apontam para alternativas à urbanização padronizada e predatória. Alternativas estas portadoras de valores (equidade, coletividade, diversidade, equilíbrio ecológico, solidariedade), que são demandados pela sociedade contemporânea (ver figura 04, 07 e 08), mas que não têm sido articuladas ao campo teórico consolidado (e ao marco legal, políticas públicas, técnicas formais), ou sido reconhecidas na tomada de decisão sobre investimentos públicos e privados. Não contam com visibilidade perante a sociedade e não são reconhecidas como práticas portadoras de possibilidades para o futuro. Pelo contrário, como já foi apontado, são intencionalmente invisibilizadas, inferiorizadas e precarizadas justamente por representarem uma ruptura/ uma brecha no sistema capitalista e por serem sempre comparadas com as soluções *high tech* ditas inovadoras, que são disseminadas no contexto eurocêntrico e reestabelecem lentes coloniais de análise sobre o que é diferente e diverso do urbanismo ocidental.

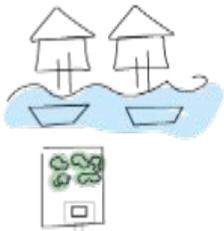
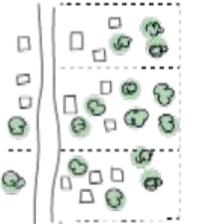
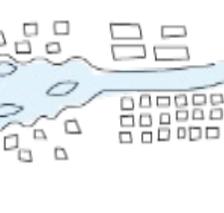
<p>Ribeirinhos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Forte interação com o rio, • Tipologia adaptada as condições naturais, • Material e mão de obra local, • Comunalidade, • Espaços de produção 		
<p>Extrativistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Lote como lugar de produção e moradia, • Comunalidade, • Relação com a terra, • Subsistência, • Mistura de materiais construtivos, • Mão de obra local. 		
<p>Periurbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cohabitação, • Quintais ainda produtivos, • Redes de solidariedade, • Improvisação de espaços públicos, • Relação de trocas. 		

Figura 7. Formas e valores tradicionais que resistem frente à urbanização contemporânea. (Fonte: elaborado pelas autoras)



Figura 8. Padrões de ocupação do território consolidados pelas populações tradicionais. (Elaboração: Maria Beatriz Andrade, 2022)

No caso paraense houve consolidação e reprodução, ao longo de quatro séculos, dessa visão única de urbanização. Esse ciclo de colonização espacial vividos no estado iniciaram com as vilas e povoados portugueses, se expandiram em algumas cidades através de planos de alinhamento (posteriores à Lei de Terras de 1850); se consolidam e multiplicaram no auge do desenvolvimentismo durante a ditadura militar, por meio dos projetos usados para a implantação de núcleos planejados pelo poder público e pela iniciativa privada; ganharam escala e alcançaram a produção de edificação nos programas habitacionais, com suas tipologias padronizadas e sua inserção espacial desconectada do meio natural e das dinâmicas socioambientais (ver figura 9).

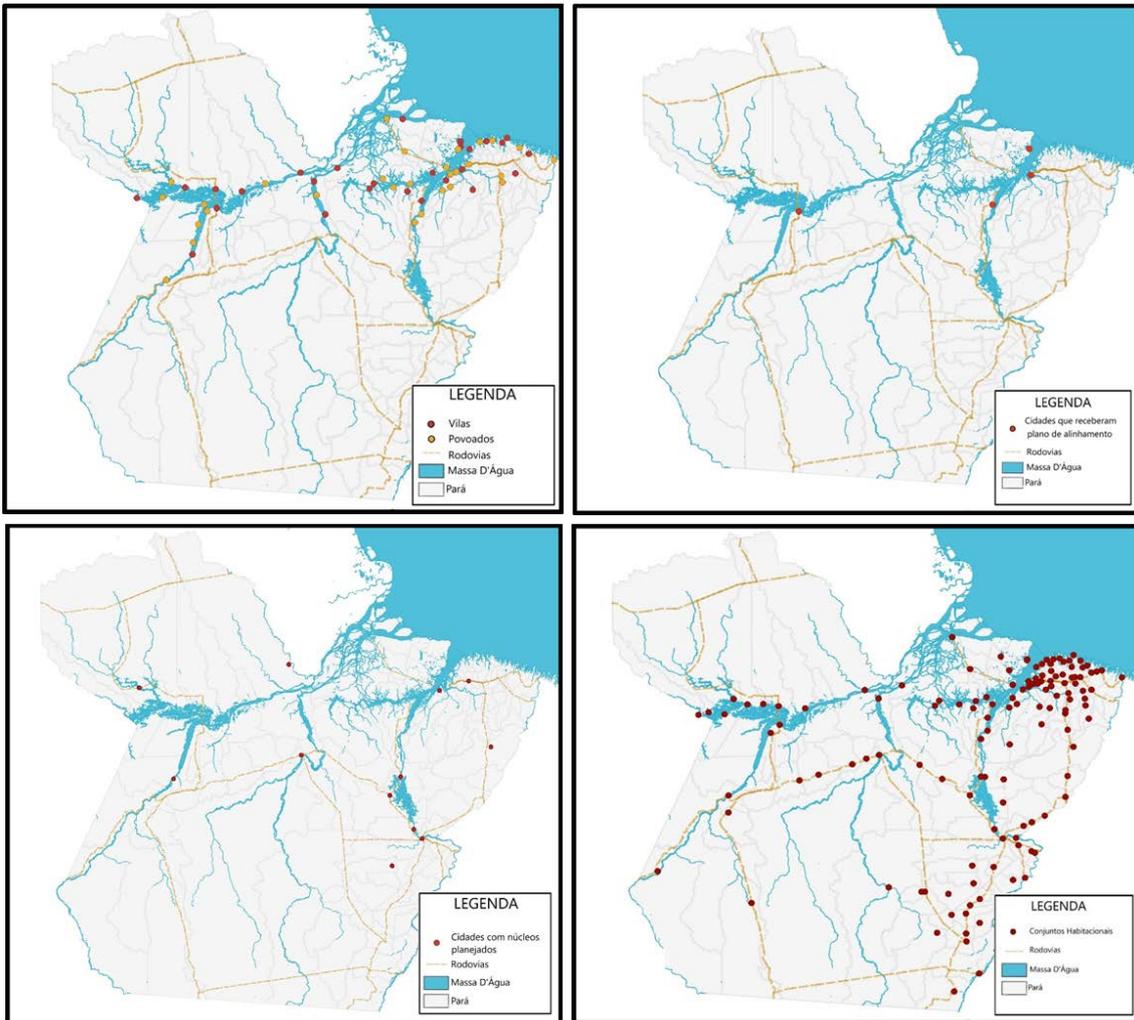


Figura 9. Mapas com as identificações de cidades que receberam vilas coloniais, planos de alinhamento, núcleos planejados e projetos habitacionais. (Fonte: elaborado pelas autoras)

Pouco se conhece sobre o contraponto a este processo, ainda registrado na distribuição de vilas e comunidades, que formam a Trama de Povos da Floresta (CARDOSO, no prelo) seguindo padrões que resistem ao tempo, e que podem ser fortalecidos como alternativas resilientes que emergem no atual contexto de crise urbana e ecológica por sua capacidade de atender a diversidade de sujeitos e modos de vida. A comparação das figuras 09 e 10 mostra que os dois arranjos metropolitanos do estado, em Belém – a capital, e em Santarém, são a exceção.

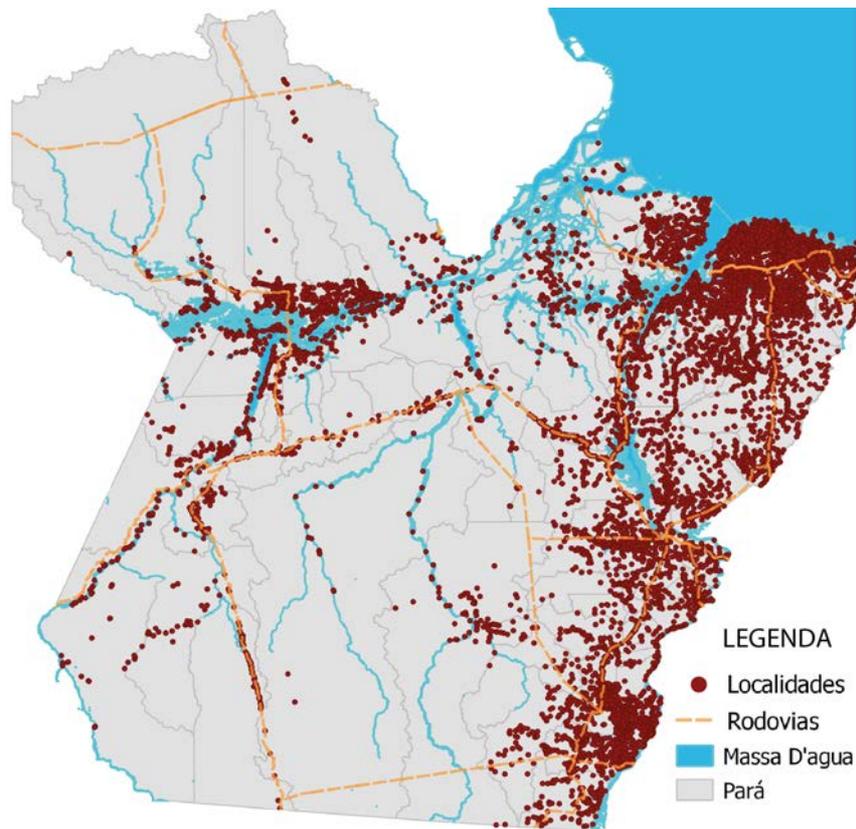


Figura 10. Mapa do Pará com indicação de vilas e localidades (Fonte: Elaborada pelas autoras).

5. Considerações Finais

Este texto propõe que o enfrentamento da crise que as cidades atravessam passa pela crítica ao padrão de urbanização universalizado pelo sistema capitalista, e procura evidenciar repertórios amazônicos como brechas do sistema que oferecem possibilidades de mudança de curso. Nesta perspectiva, o texto defende que é necessário desmercantilizar a vida, dissociar crescimento econômico e qualidade de vida, superar o patriarcado e o colonialismo, perseguir uma sociedade mais justa e igualitária, metas que podem assumir as populações tradicionais como exemplo de resistência (FEDERICI, 2019; ÁVILA E FERNANDES, 2021).

Longe de romantizar o passado distante, o texto lembra que para resolver questões concretas é necessário desconstruir e reconstruir a forma de pensar a produção e a reprodução da vida, e entender que a solução vem pela práxis; que o capitalismo é um sistema de acumulação infinita, de crescimento infinito e que isso é incompatível com os limites metabólicos do planeta (FEDERICI, 2019; SAITO, 2021) e com os modos de vida das populações tradicionais. Lembrar que todos os ciclos de colonização tentaram (e alguns conseguiram) apagar outras formas de viver, se relacionar e ocupar o espaço, estabelecendo um único padrão como correto (ROY, 2015), e que a imposição de um único padrão de língua, cultura, religião, consumo, alimentação, vestimenta, moradia, relação social, trabalho, utilização do tempo, reprodução, sexualidade, etc., só é possível pela força ou pela inferiorização do diferente (CUSICANQUI, 2015), e este paradigma de desrespeito ao diferente é tão enraizado que nem é notado, por demandar o uso de lentes específicas no exame da realidade – Diferente do que? E pra quem?

Criticar o atual sistema e padrão de urbanização significa criticar também as opressões de classe, gênero e raça que os acompanham. O sistema capitalista se consolidou caminhando junto com o patriarcado, perseguindo, inferiorizando e oprimindo das mulheres (FEDERICI, 2019). Neste padrão de urbanização consolidada, as cidades cresceram a partir da exploração da mão de obra escrava ou precarizada (LIRA, 1999), e nelas a população preta e indígena não tem acesso à habitação digna, infraestrutura básica, alimentação mínima e ainda sofre com os desastres ambientais e violência policial. Esta urbanização já extrapolou os limites físicos das cidades e toca todos os territórios sem respeitar relações socioespaciais e ambientais de povos originários e populações tradicionais, amalgamando regiões de urbanização extensiva sobre assentamentos nativos (MONTE-MOR, 2015).

Manter esta urbanização, que não reconhece os limites da natureza e domina o planeta sem medir consequências, que opera no curto prazo e aposta na superação da crise climática exclusivamente por meio de uma revolução tecnológica e informacional, significa negar as pautas ambientais, feministas e raciais, que lutam contra o acúmulo de opressões. Neste sentido, a inovação agora esperada parte do reconhecimento das brechas, e a partir delas, a proposição de modos de vida e de formas de ocupação do território que respeitem todas as formas de vida, emancipem as mulheres, os negros, as populações tradicionais e regenerem a natureza.

6. Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2018. 224 p.

ÁVILA, Thiago; FERNANDES, Sabrina. **Construindo uma alternativa de transformação no Brasil e no Mundo**. Portal Subverta, 2019. Disponível em: <https://subverta.org/2018/11/06/resistencia-e-bem-viver/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BENJAMIN, Solomon. Occupancy urbanism: radicalizing politics and economy beyond policy and programs. **International Journal of Urban and Regional Research**, Reino Unido, ano 719, v. 32, ed. 3, p. 729, 2008. DOI 10.1111/j.1468-2427.2008.00809.

BHAN, Gautam. Notes on a Southern urban practice. **Environment & Urbanization**, Reino Unido, v. 31, ed. 2, p. 639–654, 2019. DOI 10.1177/0956247818815792.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **Planetary urbanization**. Urban Constellations, Berlin, p. 10-13, 2012.

CAMPOS, Ana Cristina. IBGE: **informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019**. Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-11/ibge-informalidade-atinge-416-dos-trabalhadores-no-pais-em-2019#:~:text=Em%202019%2C%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o%20de,%25%20e%2029%2C1%25>. Acesso em: 08 de agosto de 2022.

CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara; NIJKAMP, Peter. Smart Cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, Reino Unido, v. 18, ed. 2, p. 65-82, 2011. DOI 10.1080/10630732.2011.601117.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. **Tipologias e padrões de ocupação urbana na Amazônia Oriental: para que e para quem?** In: CARDOSO, A. C. D. (Org.).

O Rural e o Urbano na Amazônia. Diferentes olhares e perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006, p. 55-98.

CARDOSO, A. Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? **Thésis**, v.6, n.11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51924/revthesis.2021.v6.266>.

CARDOSO, A.C. A Trama dos Povos da Floresta: Amazônia para além do verde. **Revista da UFMG** (no prelo).

CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference**. 1. ed. Estados Unidos: Princeton University Press, 2007. 336 p.

COE, Amanda; PAQUET, Gilles; ROY, Jeffrey. E-Governance and Smart Communities: A Social Learning Challenge. **Social Science Computer Review**, Estados Unidos, v. 19, ed. 1, p. 80-93, 2001. DOI 10.1177/089443930101900107.

COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2021.

COSTA, Francisco. Structural diversity and change in rural Amazonia: a comparative assessment of the technological trajectories based on agricultural censuses (1995, 2006 and 2017). **Nova Economia**, Minas Gerais, v. 31, ed. 2, 2021.

CUSICANQUI, Silvia. **Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina**. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015. 352 p.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 388 p.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2022.

FERNANDES, Sabrina. Ecological Imperialism and Jair Bolsonaro's Agenda in Brazil. **New Politics**, [s. l.], v. 18, ed. 3, 2021. Disponível em: https://newpol.org/issue_post/ecological-imperialism-and-jair-bolsonaros-agenda-in-brazil/. Acesso em: 15 jul. 2021.

FERNANDES, Sabrina. Ecosocialism from the Margins. **NACLA Report on the Americas**, [s. l.], v. 52, ed. 2, p. 137-143, 2020. DOI 10.1080/10714839.2020.1768731.

GRAHAM, Steve; MARVIN, Simon. Telecommunications and the City: Electronic Spaces, **Urban Places**. 1. ed. Londres: Routledge, 1996. 452 p.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, ano 80, p. 115-147, 2008. DOI 10.4000/rccs.697.

HARVEY, David. **Os sentidos do Mundo: textos essenciais**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 416 p.

HECKENBERGER, Michael. **The Ecology of Power: Culture, Place and Personhood in Southern Amazon**. Londres: Routledge, 2005. 432 p.

HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

IRAZABAL, Clara; JIRÓN, Paola. Latin American smart cities: Between worlding infatuation and crawling provincializing. **Urban Studies**, Reino Unido, v. 58, ed. 3, p. 507-534, 2021. DOI 10.1177/0042098020945201.

KEIL, Roger. An urban political ecology for a world of cities. **Urban Studies**, Reino Unido, v. 57, ed. 11, p. 2357-2370, 2020. DOI 10.1177/0042098020919086.

KERN, Leslie. **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993

LAMPIS, Andrea; TORRES, Pedro; JACOBI, Pedro; LEONE, Ana. A produção de riscos e desastres na América Latina em um contexto de emergência climática. **O Social em Questão**, vol. 23, núm. 48, pp. 75-96, 2020.

LARA, Fernando. Prefácio: por uma teoria da arquitetura decolonizada. In: Andreia Mossab; Leo Name (org). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p.

LIRA, José. O urbanismo e seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **R. B. Estudos Urbanos E Regionais**, São Paulo, Nº 1, p.47-78 / MAIO 1999. DOI 10.22296/2317-1529.

LOWY, Michael. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise De Civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013

MASCARÓ, Juan Luis. **Loteamentos urbanos**. 2. ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2005.

MELO, Ana Carolina. **O invisível em movimento um estudo sobre o urbano e suas possibilidades no sudeste paraense**. Orientador: Ana Cláudia Cardoso. 2020. 186 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós- Graduação em Economia,) - Universidade Federal do Pará, 2020.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Brasil, Vol. 32 nº 94, junho/2017. DOI 10.17666/329402/2017.

MONTE-MÓR, Roberto. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano**. In: COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto (org.). Teorias e práticas urbanas: Condições para a sociedade urbana. 1. ed. Belo Horizonte: C\Arte, 2015. p. 55-70.

MOSSAB, Andreia; NAME, Leo (org). **Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo**. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MONTANER, Josep. MUXI, Zaida. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MONTANER, Josep. MUXI, Zaida. **Política e arquitetura: por um urbanismo comum e ecofeminista**. São Paulo: Olhares, 2021

MUXÍ, Zaida. **Mujeres, Casas y Ciudades: más allá del umbral**. 1. ed. Barcelona: Dpr-barcelona, 2018. 350 p.

NEVES, E. Sob os tempos do equinócio. **Oito mil anos de história na Amazônia Central**. São Paulo: Ubu, 2022.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Relatório Emissões do Setor de Mudança de Uso da Terra 2019: documento de análise**. SEEG (Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa) do Observatório do Clima. Disponível em: < https://seeg.br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf >. Acesso em 10 agosto de 2021.

OLIVEN, RG. **Urbanização e mudança social no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 146 p.

PAINEL GOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (IPCC, sigla em inglês). Relatórios. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/downloads/report/IPCC_AR6_WGI_Full_Report.pdf Último acesso em: 13 de agosto de 2021.

PARTRIDGE, Helen. Developing a Human Perspective to the Digital Divide in the 'Smart City'. In **Anais do Australian Library and Information Association Biennial Conference**. Gold Coast, Queensland, September, 2004.

PRÜMERS, H. et al. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, v. 606, n. 7913, p. 325–328, 25 maio 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, Estados Unidos, v. 11, ed. 2, p. 342-386, 2000. DOI 10.5195/jwsr.2000.228.

Roy, A. (2009) Why India Cannot plan its cities: informality, insurgence and the idiom of urbanization. **Planning Theory**. Los Angeles, London, New Delhi and Singapore) Vol 8(1): 76–87. DOI: 10.1177/1473095208099299

ROY, Ananya. Who's Afraid Of Postcolonial Theory?. **International Journal Of Urban And Regional Research**, Reino Unido, v. 40, ed. 1, p. 200-209, 2015. DOI 10.1111/1468-2427.12274.

ROY, Ananya; ONG, Aihwa. **Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of Being Global**. West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2011. 376 p.

SAITO, Kohei. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021. P. 350.

SCHURMANN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada versus desleixo e caos. **Textos de História**, vol 7, nº 1/2, pp. 149-178, 1999.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente: Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2013. P. 240.

SPOLAOR, Silvia. OLIVEIRA, Vitor. Morfologia Urbana e informalidade: a busca da identidade local. **Revista Projectare**. N12. Dez, 2021.

SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da mãe terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019. P. 224.

VENTURA NETO, Raul. **A (TRANS) Formação Socioespacial Da Amazônia: Floresta, Rentismo e Periferia**. Orientador: Mariana Fix. 2017. 297 p. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do plano diretor**. São Paulo, Edição do autor, 2005.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. P. 334.

WEIMER, Günter. **Inter-Relações Afro-Brasileiras na Arquitetura**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2014. P. 328.